



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG**  
**Coordenadoria Geral de Pesquisa – CGP**

*Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga*  
*CEP: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 215-5564 – Fone/Fax (86) 215-5560*  
*E-mail: pesquisa@ufpi.br; pesquisa@ufpi.edu.br*

**POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA A CERA DE**  
**CARNAÚBA**

*Taffarel Francisco Oliveira Soares (Bolsista do PIBIC/CNPq), Vera Lúcia dos Santos Costa (Colaboradora- Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente UFPI), Jaíra Maria Alcobaça Gomes (Orientadora Depto de Economia – UFPI)*

## **1 Introdução**

A importância do estudo é mostrar como a carnaubeira (*Copernicia prunifera* (Mill) H.E. Moore), é explorada economicamente nos estados do Piauí, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. A cera de carnaúba foi amparada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em 1943 e permanece na atualidade, em 2008 passou a ser incluída como um produto da sociobiodiversidade, sendo amparada, portanto pela PGPM BIO. Neste caso o questionamento da pesquisa está em torno de qual seria a contribuição da Política de Garantia de Preços Mínimos para a competitividade da cera de carnaúba. O objetivo geral consiste em analisar a Política de Garantia de Preços Mínimos para a cera de carnaúba e sua contribuição para o melhoramento da competitividade da indústria. Os objetivos específicos são: caracterizar o mercado interno e externo da cera de carnaúba; analisar a formação de preços do mercado interno e externo da cera e os fatores que os influenciam; verificar os critérios de estabelecimento dos preços mínimos da cera de carnaúba; identificar os mecanismos utilizados na operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos; identificar os resultados da política governamental.

## **2 Procedimentos Metodológicos**

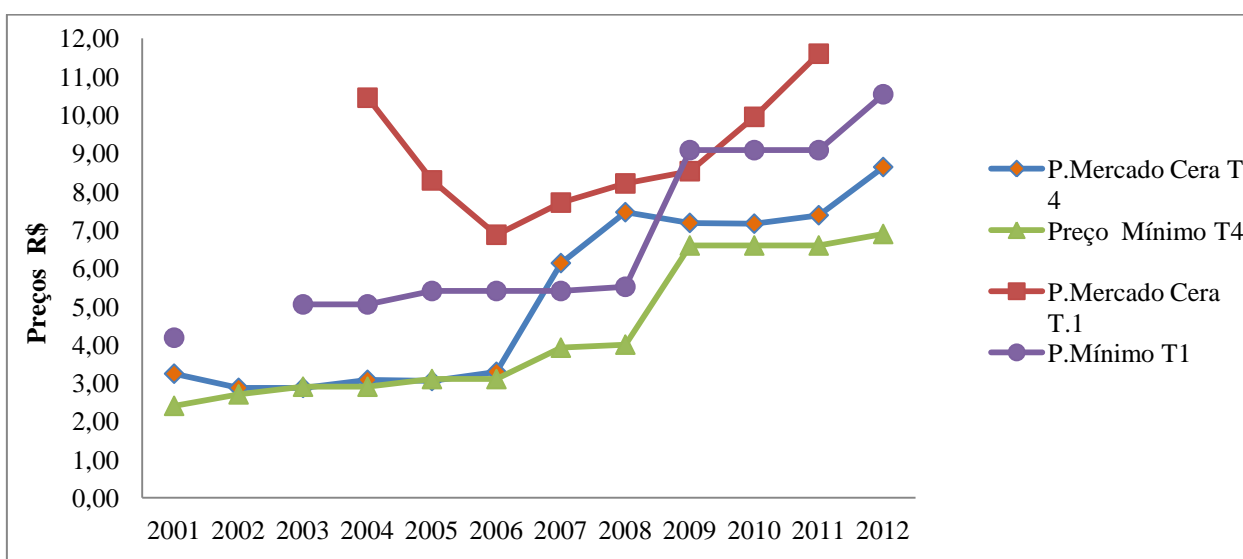
A pesquisa conta com levantamento bibliográfico e documental da PGPM, com o importante trabalho de Casadio (1980) e Gomes, Cerqueira e Silva (2011). As informações da extração de cera bruta foram levantadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) no Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA). A cera de carnaúba esta classificada de acordo com sua coloração e qualidade, sendo a cera tipo 1 proveniente do pó A, e as ceras tipo 3 e 4 originadas do pó tipo B . Os preços mínimos são fixados e operacionalizados pela Conab para a cera tipo 1 e 4, foram levantados por meio de normas e decretos divulgados pela Conab e no próprio sítio da instituição no período das safras 2001/2002 à 2012/2013. Além disso, a Conab faz levantamento de preços pagos ao produtor para esses tipos de cera nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Os

preços mínimos e de mercado são enviados, por meio de correspondência eletrônica (e-mail), pela gerente de produtos da sociobiodiversidade, Ianelli Sobral (CONAB).

### 3 Resultados e Discussão

A demanda pela cera de carnaúba apresenta diferenças quando se compara o perfil dos demandantes, nos mercados interno e externo, influenciando diretamente na formação de seus preços. No mercado interno, a demanda é dispersa, em um grande número de pequenas e médias empresas, predominando as pequenas empresas com uma demanda instável em função da oscilação dos preços praticados internamente. Quanto ao mercado externo, a demanda está concentrada em um pequeno número de grandes empresas, algumas com filiais em diversos países. Segundo Sousa (1974), nos anos de 1949 e 1950 os Estados Unidos já adquiria a maior parcela das exportações, 87,1% e 75,3%, respectivamente, sendo o maior comprador entre trinta e quatro países. Os Estados Unidos junto com Japão e a Alemanha são os países com maior poder de compra, pois detém 60,71% de toda produção exportada pelo Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte em 2011. Esse fato se repete ao longo dos anos. A formação do preço da cera no mercado interno, segundo Oliveira (2006), é composto do custo de produção e da variação do preço ocorrida no mercado externo. Já o preço da cera de carnaúba no mercado externo é “ditado” pelos países importadores, uma vez que estes têm grande poder de barganha, pois adquirem grandes quantidades. O preço mínimo é um valor monetário definido pelo governo com antecedência mínima de trinta dias do início da atividade extrativa, que inicia a partir do mês de agosto. Este preço funciona como um indicativo da necessidade de intervenção quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo. Os critérios de fixação dos preços mínimos são calculados em função dos custos de produção, das cotações no mercado interno e externo e de outros custos até o escoamento da produção.

Gráfico 1 – Representação anual dos Preços Mínimos e Nominais, para a cera de carnaúba tipo 1 e 4 no estado do Ceará.



Fonte: Conab (2012).

Fazendo-se a comparação anual entre os preços mínimos e de mercado a partir de dados da Conab para a cera de carnaúba tipo 1 e 4 no estado do Ceará, observa-se que o preço de mercado da cera tipo 4 ficou abaixo do preço mínimo em 2003 com a diferença R\$ 0,03 e em 2005 com a diferença de R\$ 0,05, já para a cera tipo 1 o preço de mercado ficou R\$ 0,55 abaixo do preço mínimo no ano de 2009. Analisando a evolução dos preços mínimos é possível observar que o mesmo teve seus maiores avanços no período em que passou a vigorar a PGPM Bio com os respectivos aumentos:

Tabela 1 - Crescimento percentual dos preços mínimos nas safras da PGPM Convencional e PGPM BIO

Período/Safra	Política	Cera T 1 e 2 (%)	Cera T 3 e 4 (%)	Cera T 5 (%)
2001/2002-2007/2008	PGPM	29,19	45,18	29,30
2008/2009-2012/2013	PGPM BIO	91,28	72,25	42,75

Os instrumentos de operacionalização da PGPM para a cera de carnaúba são as Aquisições do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do governo Federal (EGF).

#### 4 Conclusão

Com base nos resultado da pesquisa pode-se concluir que no tocante ao mercado competitivo da cera de carnaúba, a demanda externa adquire a maior parte da produção. Por outro lado, a demanda interna apresenta um grande numero de compradores de pequeno poste, que por sua vez não tem poder de influenciar no preço do produto. Em síntese, é notório que os preços mínimos evoluíram bastante a partir de 2008, e que mesmo não sendo necessária a prática de subvenção, pode-se dizer que a PGPM esteja contribuindo para um melhor preço de mercado no comércio da cera.

#### 5 Referências

CASADIO, E. S. **Uma avaliação da política de preços mínimos para a cera de carnaúba**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.

CERQUEIRA, E. Barros. **GOVERNANÇA NA CADEIA PRODUTIVA DA CARNAÚBA (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore) NO PIAUÍ, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade: PGPM**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura**, 2010. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, A. M. S. **Exigência e vantagens mercadológicas da cera de carnaúba**. In Cadeia Produtiva da Cera de Carnaúba: Diagnóstico e Cenários. 2006. Artigo. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

**Palavras chave:** Preço mínimo, Competitividade, Carnaúba.

